



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
**GABINETE DO MINISTRO**  
Assessoria Especial do Ministro  
Esplanada dos Ministérios - Bloco "F", Ed. Sede, 5º andar, Sala 548  
Brasília - DF / CEP 70059-900  
Fones: (+55 61) 317-6896/317-6785 - Fax (+55 61) 224 0814  
[internacional@mte.gov.br](mailto:internacional@mte.gov.br)

#### **IV Reunião da Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI)**

Realizou-se, em 20 de outubro de 2005, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a IV Reunião da CTRI, cujos trabalhos foram inaugurados pelo Presidente, Dr. Nilton Freitas. O Ministro de Estado do Trabalho, Luiz Marinho, apesar da previsão de abertura do encontro, não pôde estar presente em seu início, e notificou que compareceria posteriormente para juntar-se à mesa de debates e explanar acerca de sua recente participação na Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho no México e dos encontros que vem mantendo com o Embaixador Juan Somavia, Diretor-Geral da OIT.

Presentes à reunião, além dos membros do Comitê, estiveram como observadores os representantes do escritório da OIT no Brasil, da Secretaria de Relações do Trabalho do MTE, para comentários sobre relatório do Grupo de Trabalho Tripartite acerca da Convenção 185 da OIT. Segundo justificativas, por motivos de força maior, não houve representação por parte dos Ministérios Público do Trabalho e Relações Exteriores.

Conforme previsto no regimento interno da CTRI, elegeu-se os responsáveis pela transcrição e confecção da ata do encontro, Dr. Sérgio Paixão e Roberto Fabeni Jr.

Como primeiro item da pauta apresentou-se o *folder* informativo que contextualiza a Comissão Tripartite, seus objetivos e composição, bem como se disponibilizou inúmeros exemplares aos presentes.

O próximo ponto tratou de informação sobre a participação do Ministério do Trabalho no âmbito do XVII Congresso Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, realizado em Orlando, Miami, em setembro último. O evento, que ocorre a cada quatro anos, é tido como o mais importante sobre o tema e contou com a participação de cerca de 1.500 pessoas representando 110 países, entre gestores, sindicalistas, estudantes e outros. No caso do Brasil, a coordenação do Grupo de Trabalho, que contou com a participação de representantes dos Ministérios da Previdência Social e Saúde, do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho (DSST) do Ministério do Trabalho e Emprego, além da Fundacentro de São Paulo, iniciou seus trabalhos de seleção e aprovação de projetos em fevereiro de 2004. Aprovou-se um total de 104 projetos brasileiros, dos quais 58 foram classificados.

Como ponto seguinte da pauta, comentou-se os trabalhos no âmbito da XIV Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) da Organização dos Estados Americanos (OEA) e distribuiu-se cópias da Ata do encontro, da Declaração Conjunta entre a Comissão Empresarial de Assessoramento Técnico em Assuntos Trabalhistas (CEATAL) e o Conselho Sindical de Assessoramento Técnico (COSATE) - dois dos órgãos consultivos no âmbito do CIMT, bem como do Plano de Ação do México, aprovado na sessão de encerramento, realizada em 27 de setembro de 2005.

Nas palavras do Dr. Nilton Freitas sobre a CIMT, há um claro consenso de que houve uma mudança de enfoque na agenda, iniciada em 1998, no Chile, antes mais centrada na análise

dos processos de integração e de livre comércio sobre os direitos fundamentais do trabalho e que passou a ser mais focada na geração e promoção do trabalho decente, sintonizada com os objetivos no âmbito da agenda da OIT. Durante a conferência, o Brasil transmitiu a presidência pró-tempore para o governo do México, que ofereceu o tema do encontro “A pessoa e o seu trabalho no centro da globalização”. O Brasil permanece na tróica que dirige a CIMT passando a figurar como presidência anterior; a presidência corrente sendo o México e como futura será Trinidad e Tobago (2007-2009). Será a primeira vez que um país caribenho assumirá a presidência pró-tempore. Notificou-se, ainda, que a Argentina manifestou interesse em assumir a presidência pró-tempore para o período de 2009 a 2011.

Destacou-se, ainda, que durante a gestão brasileira constatou-se uma maior institucionalização das ações no âmbito dos trabalhos da COSATE e CEATAL, bem como da Comissão Técnica Permanente sobre Questões Trabalhistas (COTPAL), órgão dos governos que prima pela condução dos trabalhos. Ainda sob a gestão brasileira, citou-se que o plano de trabalho aprovado em El Salvador foi cumprido em quase sua totalidade, grande parte em virtude do importante apoio recebido da Secretaria Técnica da OEA, na pessoa da Dra. Alice Abreu.

Sobre os grupos de trabalho, o GT1 – O Trabalho Decente como Instrumento de Desenvolvimento e Democracia no Contexto da Globalização, é agora presidido pela Argentina, somando-se Chile e Costa Rica. Nas palavras do Dr. Nilton Freitas, a idéia central é a de que a CIMT seja o espaço onde se debatam as conclusões e recomendações resultantes, por exemplo, das conferências regionais de emprego, como as realizadas no âmbito do Mercosul (CREM, abril 2004), e das mais recentes CAN (da comunidade andina) e da América Central e Caribe (CARICON). No âmbito da OIT, ainda há falta de uma composição que permita reunir tais conclusões para que se continue a avançar na agenda hemisférica de promoção do trabalho decente, e espera-se, como desejo conjunto, que a CIMT cumpra esse papel.

Sobre o GT2 – Fortalecimento das Capacidades dos Ministérios do Trabalho para responder aos desafios da promoção do trabalho decente no contexto da Globalização, este visa fortalecer a capacidade laboral dos Ministérios do Trabalho em áreas como inspeção do trabalho e controle eletrônico, por exemplo. O grupo continuará sendo presidido por El Salvador e vice-presidido pelo Uruguai e Estados Unidos (que se deslocou do GT1 para o GT2).

Destacou-se, ainda, como marco importante da XIV CIMT, o reconhecimento, em face do alto espírito de cooperação, parceria, seriedade e responsabilidade, a atuação do COSATE e da CEATAL, o que resultou em que, pela primeira vez, o setor privado foi convidado para participar de diálogos com Chefes de Delegações por ocasião da IV Cúpula das Américas, a realizar-se em Mar del Plata, dias 04 e 05 de novembro de 2005. Citou-se, ainda, como uma importante conquista, a eleição de representante da Força Sindical como Vice-Presidente da Comissão Executiva Permanente do Conselho Sindical e Assessoramento Técnico junto à COSATE/OEA, Dr. Nilton Souza Neto.

Em seguida, Dr. Nilton Freitas leu o 15º parágrafo da declaração da CIMT, no qual não houve um consenso devido, dentre outros aspectos políticos delicados, às ressalvas do governo venezuelano que descartou qualquer menção à ALCA. Sobre as discussões relativas aos Ministérios do Trabalho, estes se mostraram engajados nos processos de negociação, no impacto que estes têm sobre os mercados de trabalho, na geração do emprego e das questões afetas ao desemprego, mas ressaltaram que as discussões sejam levadas em âmbito nacional. Durante os comentários, levantou-se a questão de que não houve menção aos direitos sociais e sobre os inúmeros países que não ratificam as convenções da OIT, como no caso dos Estados Unidos, que das sete convenções fundamentais firmadas ratificou apenas uma, o que denotou uma tendência norte-americana de que não desejaria ampliar o leque de discussões sobre direitos sociais e ater-se apenas às de direitos laborais. De qualquer forma registrou-se que tal aspecto merecia contemplação.

Sobre a CIMT, segundo entendimentos do lado brasileiro, houve bons avanços e resultados alcançados.

Dr. Nilton Freitas, destacou ainda, o excelente conteúdo da ata firmada entre a COSATE e CEATAL e a recomendou para leitura aos participantes como uma referência significativa no processo de reconhecimento cada vez mais consensual da necessidade em se avançar no diálogo tripartite.

Como próximo ponto da pauta, seguiu-se a apresentação do Volume III - Caderno de Relações Internacionais, concebida no contexto da presidência pró-tempore do Brasil e que refletiu seminário de altíssimo nível realizado em dezembro de 2004, no Ministério do Trabalho e Emprego, e que debateu a aplicação dos direitos fundamentais do trabalho no Brasil. Foram citados os estudos analíticos mais impactantes e que constam do referido caderno. O Dr. Dagoberto Godoy questionou se para as próximas edições há previsão de publicação de artigos que não apenas os de âmbito do MTE, ao que se respondeu positivamente.

Em seguida, destacou-se a publicação conjunta entre o MTE e o escritório da OIT no Brasil intitulada “A Experiência dos Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação no Emprego e na Ocupação”. Com a palavra, Dr. Adeilson Telles situou o seminário realizado em agosto de 2005, que contou com a participação de representantes das Delegacias Regionais do Trabalho e os responsáveis pelos núcleos de combate à discriminação nas DRTs. Em linhas gerais, o seminário buscou rediscutir o papel dos núcleos em sintonia com as novas diretrizes institucionais que estão em implantação no âmbito do MTE. O seminário, que contou com a participação do Ministro Marinho para lançamento da publicação, começa agora a ter seus bons desdobramentos.

Houve em seguida a apresentação do Guia de Promoção de Trabalho Decente para Estrangeiros, iniciativa da Assessoria Internacional do MTE, e que se insere nas medidas que o governo vem adotando sobre a situação dos trabalhadores em situação migratória irregular, com foco principalmente na comunidade boliviana, que atualmente conta com cerca de 20.000 trabalhadores no Brasil. Contextualizou-se a publicação como ferramenta informativa, preventiva e orientadora do trabalhador estrangeiro sobre seus direitos e as medidas necessárias para sua regularização. O lançamento em São Paulo ocorreu no último dia 07 de outubro, na Pastoral do Migrante e contou, para surpresa dos organizadores, com a participação de cerca de 3.000 bolivianos.

A Dra. Nair Goulart parabenizou a iniciativa dos trabalhos junto à DRT/SP, na pessoa do Delegado Sr. Guiba, e reforçou os comentários sobre o grave problema social e a situação de regime escravista a que se submetem muitos trabalhadores estrangeiros e lamentou apenas que o Sindicato das Costureiras de São Paulo não tenha sido incluído no guia como referência local, haja visto a tendência das ações em situar os sindicatos como importante instrumento no cumprimento das convenções da OIT, como sobre as denúncias feitas pelo Sindicato junto à DRT/SP e etc.

Dr. Carlos Pio igualmente parabenizou a iniciativa, registrou a ocorrência das muitas reportagens sobre as condições degradantes dos trabalhadores estrangeiros, sobre as notícias veiculadas acerca da cobrança de multas para proceder a regularização, além da situação degradante a que os filhos dos imigrantes ilegais também se submetem.

Dr. Dagoberto Godoy interveio e também manifestou apoio aos comentários feitos pelos colegas e questionou sobre o que decorre no momento em que um trabalhador irregular, que não tenha contrato formal com determinada empresa brasileira, procura o MTE em uma de suas DRTs para orientações – se este é expulso do país ou quais outras medidas são tomadas.

Dr. Paulo Sérgio manifestou-se favorável sobre as colocações acerca da participação do Sindicato das Costureiras, comentando que durante o lançamento do guia houve participação do Sr. Hamilton, representante da CGTB e conselheiro do Conselho Nacional de Imigração - que editou duas resoluções instando o Ministério das Relações Exteriores e Justiça a proceder urgentemente o acordo de regularização Brasil – Bolívia, e este durante sua palestra, estimulou e orientou fortemente os trabalhadores para que buscassem os meios para se sindicalizarem.

Sobre o questionamento do Sr. Dagoberto Godoy, respondeu que o MTE trabalha sempre com a prerrogativa primeira de orientar o trabalhador a proceder sua regularização antes de serem tomadas quaisquer outras providências legais no âmbito do Ministério da Justiça. Sobre o trabalhador irregular, informou que não é necessário que este tenha contrato formal com empresa para que proceda a legalização, é necessário apenas que ele prove meios de subsistência no país, podendo ser, inclusive, um trabalhador autônomo. Complementou que a cobrança de multa é legal e um posicionamento conjunto dos Ministérios da Justiça e Relações Exteriores, e que o trabalhador tem até 90 dias para quitá-la, mas que, ao apresentar os documentos, este já ganha visto de permanência no país, podendo, inclusive, tirar sua carteira de trabalho, conforme regulamentação do Ministério do Trabalho.

Dr. Dagoberto Godoy chamou a atenção de que no guia há uma indicação clara de que para se conseguir visto de trabalho, o trabalhador tem de fazer parte de contrato de trabalho com empresa estabelecida no país e questionou se, para conseguir visto de permanência, o trabalhador tem obrigatoriamente de possuir o visto de trabalho. Dr. Paulo Sérgio situou que o guia foi lançado antes da celebração do acordo, e por isso para conseguir o visto de trabalho, à época, era necessário haver o chamado de trabalho de uma empresa nacional ao trabalhador estrangeiro para que este pudesse ter seu visto autorizado. Entretanto, concomitantemente ao lançamento do guia, houve a celebração do Acordo de Regulação Migratória e dessa forma, o estrangeiro que ingressa com pedido de regularização já recebe a autorização de permanência, não se aplicando a questão de visto de trabalho a este, que está automaticamente autorizado a trabalhar, inclusive.

Dr. João Vaccari ressaltou que é preciso fiscalizar também os empresários, sobretudo àqueles que promovem a exploração, inclusive, de trabalhadores ditos “regularizados”, e em sua opinião há uma anomalia sob este aspecto. Ainda segundo o Dr. João Vaccari, talvez seja oportuno se abrir um debate sobre a situação de trabalhadores também nas regiões fronteiriças, citando a Bolívia, Uruguai, Guiana, não somente relativo aos estrangeiros no Brasil, mas também com relação aos brasileiros em regiões fronteiriças, como a comunidade de cerca de 500.000 brasileiros que atualmente trabalham no Paraguai, por exemplo. Para o Dr. João Vaccari, é preciso manter-se uma visão continuada sobre um fenômeno social que se mostra extremamente diverso e complexo.

Dr. Raimundo Kappel sugeriu como pauta posterior para a Comissão, que seja também contemplado o aspecto da pesca e exemplificou as situações de exploração da pesca filipina com bandeira de conveniência panamenha, de pesca da sardinha em Santa Catarina com bandeira de conveniência argentina e uruguaia, nas regiões norte entre os Estados do Pará e Natal com bandeiras espanholas, e ressaltou que mesmo que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) termine os contratos de arrendamento e passe a Pró-Frota para frota nacional, não se pode impedir, por convenções internacionais, que embarcações estrangeiras venham a se legalizar com bandeira brasileira, com parte de sua tripulação sendo de trabalhadores estrangeiros. Nesse sentido, sugeriu que haja uma pauta de discussões junto à SEAP/PR em relação às convenções e normatização do trabalho estrangeiro na atividade marítima que não do longo curso.

Neste momento, a reunião foi interrompida por ocasião da presença na sala do Ministro de Estado do Trabalho, Luiz Marinho, e de seu Chefe de Gabinete, Dr. Marco Antônio. Dr. Nilton Freitas então contextualizou ao Ministro Marinho os antecedentes que resultaram na realização

desta IV Reunião e destacou que, durante o seu um ano de funcionamento, teve por objeto assessorar o MTE na elaboração e aplicação de políticas internacionais, na intervenção em fóruns especiais e para tanto, trabalhou-se muito fortemente na composição e capacitação da delegação tripartite à Conferência Internacional do Trabalho da OIT, em junho último, e em especial no processo de análise das recomendações e convenções da OIT que estavam pendentes desde 1957 para serem submetidas ao Congresso Nacional. E informou que nesse sentido, no total e por unanimidade entre o Governo, empregadores e trabalhadores, foram submetidas 05 recomendações prioritárias.

Dr. Dagoberto Godoy saudou o Ministro Marinho e congratulou a iniciativa de criação da CTRI, que para ele significou um importante avanço nas preparações prévias das delegações brasileiras às conferências internacionais, tendo se firmado como um importante mecanismo de extensão dos princípios consagrados pela OIT e de melhoria dos diálogos no âmbito das complexas relações de trabalho dentro do mundo real, além de destacar o importante valor agregado de todos os presentes. Por fim, enalteceu o papel do Dr. Nilton Freitas na criação e conclusão da CTRI, de forma bastante equilibrada e voltada para um sentido prático.

Em seguida, o Dr. Arnaldo Benedetti parabenizou os trabalhos da Comissão e destacou a importante participação de todos os presentes, e reiterou o surgimento da CTRI como uma resposta extremamente oportuna às antigas reivindicações de que fossem realizados encontros mais freqüentes no Brasil com vistas a organizar melhor a mobilização nacional em fóruns internacionais, além de proporcionar um nível significativo de informações atuais sobre temas-chave, como as recentes discussões internacionais sobre o tripartismo.

Dra. Nair Goulart, destacou que a concretização da CTRI é a realização de um sonho antigo do movimento sindical brasileiro, já que por muitos anos a Força Sindical compareceu às reuniões internacionais da OIT sem o mínimo prévio conhecimento das agendas dos encontros. Ressaltou, ainda, que o Brasil, apesar de toda inovação tecnológica e das relações de trabalho bastante avançadas, mostrava-se atrasado em relação a outros países da América Latina nas discussões internacionais dos instrumentos para fortalecimento dos diálogos sociais sob um contexto globalizado, já que estes não eram colocados para o Brasil, principalmente com referência ao tripartismo. Nesse sentido, agradeceu os esforços do Ministério do Trabalho, especialmente nas pessoas dos Drs. Nilton Freitas e Sérgio Paixão, e destacou que os trabalhos da Comissão em favorecer o diálogo tripartite, apesar das divergências consensuais inerentes, representam um ganho e um desafio não apenas em termos de relações do trabalho, mas também em aspectos sociais.

Dr. Wagner Souza, por sua vez, destacou a praticidade e a celeridade dos trabalhos e decisões conjuntas no âmbito da Comissão e igualmente agradeceu os esforços do MTE nesse sentido, em especial ao Dr. Nilton Freitas e a todos quantos envolvidos de alguma forma.

Em seguida, o Ministro Marinho iniciou sua participação agradecendo a presença e a satisfação em receber todos os presentes e destacou que para o governo, a questão do diálogo tripartite não é meramente retórica, mas representa acima de tudo uma visão de reforço do que representa um sistema democrático de um país, na medida em que incorpora as diversas visões e as diferenças constatadas e possibilita a criação de entendimentos; na opinião do Ministro, isto também faz parte do que seja tripartismo. Citou, ainda, que o Presidente Lula, quando ainda candidato e em debate na Folha de São Paulo, alertou para a necessidade de pensar a gestão pública através da inclusão das visões de trabalhadores, empregadores, bem como da sociedade civil, ao que foi duramente criticado pela imprensa, que afirmou à época se tratar de um assembleísmo em que um Governo ao partilhar seu poder de governar favoreceria o seu enfraquecimento e isso se mostraria uma forma ineficiente de governar um país. Em complemento, citou que o então candidato e hoje Presidente Lula, rebateu as críticas afirmando que na sua concepção, ainda mais para um país de extensão continental como o Brasil, seria uma nova e necessária visão de gestão, de forma a incorporar as inúmeras visões e garantir um

maior alcance de resultados expressivos frente aos desafios apresentados. Para o Ministro Marinho, é evidente ser extremamente complexo partilhar decisões, mas é uma visão de como se deve construir o processo democrático no país. O Brasil até então não havia incorporado o tripartismo, a não se apenas em esforços pontuais e sistêmicos, e agora busca mais que nunca aperfeiçoar instrumentos eficazes de promoção do diálogo a exemplo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do Conselho de Política Industrial, dos conselhos e comissões tripartites nos Ministérios em geral, as conferências alimentar e de saúde, o Programa Fome Zero, o Bolsa Família. Concordou, entretanto, que a sociedade brasileira ainda não está plenamente organizada em algumas de suas frentes, mas que isto não representa uma parcela maior que se mostra extremamente comprometida nacionalmente na promoção do diálogo social. Destacou, ainda, que o parlamento nacional ainda é frágil e espera vê-lo mais fortalecido e ressaltou a responsabilidade dos trabalhadores, empregadores junto com o Governo como sendo essencial no processo democrático brasileiro, colaborando, inclusive, nas discussões a nível internacional.

O Ministro Marinho mencionou, ainda, sua participação na Comissão Tripartite Paritária Permanente, que teve o papel de analisar e definir prioridades na área de segurança e saúde do trabalho, e destacou a concretização da NR32 sobre Segurança e Saúde no Setor de Saúde, através da construção de um diálogo de entendimento político e hoje o Brasil situa-se na vanguarda em nível internacional sobre essa agenda, algo pouco factível em um passado recente. Destacou as ações do Conselho de Imigração e as decisões conjuntas com a classe trabalhadora, com a ótica de fortalecer as relações de capital-trabalho no sentido democrático. Afirmou, ainda, que não se trata de uma visão isolada do Ministério do Trabalho, trata-se de uma visão de Governo, de orientação do próprio Presidente Lula, que incentiva o processo de diálogo tripartite, convocando e encorajando a todos os presentes que continuem seus esforços em pensar e discutir entendimentos contínuos, afirmando que, se há entendimentos entre trabalhadores e empregadores, não há por que o Governo e nem o Parlamento se posicionarem contra. Ressaltou, ainda, que se há convenções da OIT as quais tantos se referencia há anos, é necessário debatê-las, recomendá-las a partir de entendimentos criados, além de favorecer que o Brasil torne-se signatário de outras que julgue pertinentes.

O Ministro Marinho finalizou ressaltando os firmes esforços que o Ministério do Trabalho e Emprego vem fazendo no sentido de que o próximo encontro da OIT seja realizado no Brasil, e ressaltou que o Chile, apesar de ter reivindicado a realização do encontro anterior ao pedido brasileiro, ao tomar conhecimento da solicitação por parte do Brasil, concordou que apoiará a candidatura brasileira. Uma outra questão pontual junto à OIT é que haja a ampliação das instalações do escritório sede no Brasil e deixou para os representantes da OIT presentes, caso julguem conveniente, que a Comissão elabore uma solicitação conjunta ao Diretor-Geral da OIT reforçando estas duas idéias.

Sobre esta última observação do Ministro Marinho, o Sr. Dagoberto destacou que o projeto de ampliação é plenamente possível, desde que haja uma contrapartida nacional.

Dra. Laís Abramo afirmou ter sido um prazer estar presente à reunião e destacou que o fortalecimento do tripartismo no Brasil tem de ser tema central da ação da OIT no Brasil, e a Comissão Tripartite tem papel fundamental neste aspecto. Sobre os temas colocados pelo Ministro, ficou o convite para se conhecer a sede da OIT no Brasil, com a ressalva das limitações físicas da sede em virtude de que a carteira de ações no âmbito da OIT cresceu consideravelmente especialmente nas áreas de combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo, à discriminação de gênero e raça, o que ocasionou, inclusive, o desativamento do auditório da sede para locação de grupos de trabalho, por isso as discussões com relação à ampliação da sede da OIT são prioritárias.

Dr. João Vaccari citou que, no início do governo do Presidente Lula, era membro do Conselho de Administração e num primeiro momento houve dificuldade de entendimentos sobre

o papel da OIT, inclusive sobre pagamento das contribuições estatutárias, principalmente dos governos anteriores, que não efetivaram pagamentos à ONU, OIT e OMC; o que ocasionou constrangimentos nas reuniões que se seguiram. Dr. João Vaccari complementou que pagamentos vindo sendo realizados de parte da dívida junto à OIT para que se pleiteiem maiores investimentos no Brasil. Nesse sentido, Dr. Nilton Freitas ressaltou que foram pagas as dívidas referentes aos anos de 2001 e 2002, faltando ainda o período 2003 a 2005. Dr. João Vaccari ressaltou, ainda, que não há no Brasil sede de escritórios regionais como a exemplo do que ocorre no Chile, Uruguai, Peru, por exemplo. Outra questão proposta foi a reivindicação de que o Diretor da OIT no Brasil seja brasileiro nato, como também ocorre em outros países.

Sobre o pagamento das dívidas, Dr. Nilton Freitas ressaltou que ainda ontem, dia 19 de outubro, se assinou aviso ministerial do Ministro Marinho ao Chanceler Celso Amorim, solicitando atenção para o pagamento, se possível até 31 de dezembro de 2005, de mais uma parcela da dívida.

Segundo a Dra. Nair Goulart, havia um grande distanciamento entre as discussões de trabalhadores e OIT, além do “isolamento” a que o Brasil ficou limitado já que, inclusive a quase totalidade das publicações recebidas vinham em língua espanhola. Dessa forma, deve-se trabalhar com a perspectiva sim de aumentar a sede da OIT no Brasil, fortalecendo a agenda das discussões tripartites e o papel da OIT como parceira cada vez mais alinhada à realidade nacional, com vistas à implantação em maior escala da agenda da OIT no Brasil.

Dr. Dagoberto Godoy, afirmou que, diante dos argumentos colocados, seria um absurdo em se obstar à recomendação de ampliação do escritório da OIT no Brasil e se ateuve apenas aos aspectos dos comentários do Dr. João Vaccari, em que destacou a necessidade de que o Governo brasileiro tenha uma atitude mais objetiva com vistas a melhorar sua condição devedora, especialmente prevendo o que isto pode acarretar junto à Subcomissão, o que pode causar questionamentos constrangedores de que o Brasil reivindica investimentos, mas não quita suas dívidas.

Seguindo a pauta, comentou-se sobre a Reunião Regional Americana e do caráter regional e tripartite do encontro, normalmente realizado a cada 04 anos. Ressaltou-se que o encontro não deve ser entendido como uma conferência internacional em nível de trabalho, já que não se discute normas e convenções, mas reforçou a idéia de ser uma reunião extremamente importante no cenário de todo o hemisfério das Américas. A última foi realizada em Lima, em dezembro de 2002, e a próxima tem previsão para abril de 2006, com possibilidade de realização no Brasil, conforme comentários do Ministro Marinho. Consistirá num grande desafio organizacional, por conta da logística e dos desdobramentos políticos envolvidos. Durante o encontro é possível que seja apresentada uma agenda hemisférica específica para o trabalho decente, bem como de temas sobre gênero e raça.

Como tema seguinte, destacou-se que no dia 01 de dezembro deste ano, o Ministro Marinho deverá assinar documento que envolverá a participação de vários Ministérios para a elaboração da referida agenda nacional de trabalho decente. Está programado o convite de representações de classe dos trabalhadores e empregadores com vistas a constituir um grupo para se detalhar a agenda e se propor documento à Casa Civil, e espera-se que os trabalhos neste sentido sejam frutos de diálogos tripartites e o mais brevemente possível haja visto o curto prazo de tempo até dezembro. Dra. Laís sugeriu, ainda, que por conta da previsão de contemplação das 04 áreas de trabalho decente e a necessidade de que a mesma esteja situada em um contexto tripartite e hemisférico, talvez seja mais indicado que o lançamento do programa de trabalho seja feito durante a reunião que se realizará no Brasil. Dr. Carlos Pio manifestou em que fosse realizada reunião com vistas a discutir os quatro pontos e a necessidade em se criar um comitê executivo por decreto presidencial. Entretanto, a Dra. Patrícia atentou para o fato de que leva-se em média um ano para desenvolver uma agenda nesse formato, e sendo assim talvez fosse mais adequado se marcar uma reunião futura específica para tratar deste tema.

Seguiu-se explicação sobre o porquê de não ter havido previsão da Secretaria-Executiva no regimento interno, entretanto houve uma intervenção da Dra. Milena, que destacou a importância da inserção da Secretaria no âmbito da CTRI e por consenso dos presentes membros, a mesma foi aprovada para ser inserida no âmbito da Comissão.

Em seguida, houve relato dos Drs. Raimundo Kappel e Paulo Sérgio sobre a Convenção 185 da OIT, bem como sobre o relatório da Comissão Tripartite que tratou do assunto, datado de 14 de outubro de 2005, e distribuído aos participantes. Destacou-se que a Comissão entendeu ser necessária a ratificação desta, mas que isto demandará um considerável aporte de investimentos financeiros, já que atualmente quem emite a identidade do marítimo é a Diretoria de Portos e Costas vinculada ao Comando da Marinha do Ministério da Defesa, que a emite com base na Convenção 108, e quem efetua o controle do estrangeiro que chega ao Brasil é a Polícia Federal por ser a autoridade responsável pelo controle migratório e que ambas, necessariamente, precisarão de investimentos com vistas a modernizar os equipamentos e atualizar os mecanismos de identificação para um melhor monitoramento das fronteiras, que são os principais portos brasileiros.

Destacou-se, ainda, que a Convenção 185 se aplica apenas à navegação internacional, não alcançando a de cabotagem na medida em que ela estabelece uma identidade para o fluvial que viaja entre países, e este necessitará apenas de documentações internas do país certificando sua atividade naquelas embarcações. Para o Sr. Kappel, com relação à navegação fluvial, o maior motivo de preocupação durante as discussões passadas foi o nível de monitoramento do Rio Paraná, já que através deste se chega até a Argentina e Uruguai, aspecto que deverá ser objeto de discussão entre a DPC, Polícia Federal e Ministério dos Transportes. Segundo o Sr. Kappel, é fato que o controle realizado pela DPC através de um banco de dados disponível sobre os marítimos é de bom nível. Entretanto para aperfeiçoá-lo, reiterou que será necessário um expressivo investimento.

Destacou-se, conforme questionado, de que há a previsão que o prazo entre a ratificação da Convenção e sua aplicabilidade em nível nacional seja de seis meses, garantidos os recursos, haja vista que tratativas quanto à logística e discussões interministeriais já vem ocorrendo sobre o assunto.

Dr. Paulo Sérgio informou, ainda, que Convenção é extremamente recente tendo sido aprovada em 2003 e entrado em vigor apenas no início deste ano de 2005. Por isso apenas cerca de 07 países a ratificaram mas que certamente outros mais o farão, já que implica em livre trânsito de pessoas e os países que se abstiverem, certamente enfrentarão problemas no acesso aos portos dos outros países ratificadores. Acordou-se, ainda, que o parecer do relatório apresentado nesta reunião será ratificado por todos os integrantes da Comissão, por assinatura e/ou comprovações eletrônicas, de forma a pautar as próximas discussões da reunião extraordinária sobre a agenda de trabalho decente.

Em seguida se destacou o papel dos grupos de trabalho *ad hoc* que serão criados para análise de pareceres sobre convenções pendentes de submissão e a necessidade de se definir a constituição de um grupo de trabalho para apreciar e emitir parecer de determinadas convenções que se julgue prioritárias. Dr. Sérgio Paixão fez referência ao levantamento realizado pela Assessoria Internacional do MTE sobre as Convenções pendentes, como a Convenção 128, sobre instrumentos relativos à previdência social que por sua vez dependem da Convenção 102, sobre normas mínimas para a seguridade social, que atualmente tramita no Congresso Nacional e salientou que as demais dependem da decisão do Congresso sobre esta. Destacou, ainda, que há outros instrumentos como a Convenção 129, para a qual o parecer da Secretaria não foi indutivo, mas apenas mencionou a faculdade do Governo brasileiro de ratificá-la ou não, sobre instrumentos que estão abrangidos pela legislação nacional e que de uma forma ou de outra a legislação nacional e prática já contemplam. Dr. Sérgio destacou, ainda, a submissão à



Comissão de nota técnica sobre a Convenção 150 e recomendações sobre a Convenção 158 que diz respeito à organização sindical dos servidores públicos, em nível federal, estadual e municipal. Citou, ainda, a manifestação de instrumentos sobre trabalho marítimo, e no caso dessas há a possibilidade de que, durante a realização da Conferência Marítima, em fevereiro de 2006, seja adotada uma nova Convenção consolidada sobre o tema e caso isto ocorra, as normas aprovadas até aquela data, serão objeto de revisão.

Seguidamente, Dr. Nilton Freitas abriu para comentários sobre o assunto e colocou para considerações da mesa. Dr. Carlos Pio destacou a questão relativa aos servidores públicos e o processo de promoção das cooperativas. Dr. Sérgio interveio e complementou que, conforme decisão no primeiro semestre deste ano, as recomendações que não dependiam de convenção, os instrumentos que estavam pendentes de submissão, acordou-se que estes seriam submetidos ao Congresso Nacional já que não derivavam de norma alguma e não criavam vínculo, e apenas seriam submetidas para conhecimento e para o cumprimento de compromissos.

Dr. Sérgio Paixão fez menção, ainda, do aviso ministerial do MTE ao Ministério das Relações Exteriores, emitido em fevereiro deste ano, solicitando que fossem submetidas ao Congresso Nacional, através de uma exposição de motivos, as Recomendações 132, 189, 193, 194 e 195. Entretanto, haja visto o prazo decorrido entre o aviso ministerial do MTE e o encaminhamento pelo Itamaraty, feito apenas em outubro último para a Casa Civil da Presidência da República - talvez em função do desconhecimento com relação aos aspectos dispostos na constituição da OIT, que obriga a submissão dos instrumentos aprovados pela Conferência Internacional do Trabalho, a Casa Civil questionou o MTE da ainda pertinência ou interesse por parte da CTRI/MTE em que os instrumentos fossem submetidos ao Congresso Nacional. Em resposta ao Itamaraty, o MTE reiterou-se favorável na continuidade do processo de submissão ao Congresso Nacional, o que foi referendado pela CTRI.

Dr. Nilton Freitas manifestou-se preocupado em se definir se seria constituído algum Grupo de Trabalho para apreciar algum instrumento e que, quanto à essa questão, é preciso apenas reiterar junto a Casa Civil, o entendimento que se tem, e que reflete o compromisso que o Brasil tem perante a OIT, de que os referidos instrumentos pendentes sejam submetidos o mais brevemente possível às considerações do Congresso Nacional, em decorrência do longo período de tempo que foram aprovadas pelo MTE e OIT. Quanto às convenções, destacou, ainda, a reunião extraordinária prevista para conclusão dos trabalhos de escolha e apreciação de um novo texto para a Convenção 185.

Houve uma proposta por parte da Social Democracia Sindical (SDS) em analisar as Convenções 150 e 151, sobre as relações de trabalho na Administração Pública. Dr. Nilton lembrou que, conforme acordado anteriormente, em havendo um fórum especializado seriam encaminhados a este e questionou sobre a real pertinência em se encaminhar as Convenções 150 e 151, talvez sendo mais adequado demandar à câmara setorial do serviço público para se pronunciar a respeito. Sobre a Câmara setorial, destacou-se que esta existe desde maio de 2004, e tem uma preocupação primária sobre como tratar questões relativas à regulamentação sobre negociação coletiva, direito de greve, organização sindical e custeio do serviço público, e como a última reunião está prevista para a primeira semana de novembro, talvez seja mais indicado já se ter um posicionamento por parte da CTRI para se evitar a realização de dois fóruns discutindo o mesmo tema e com posicionamentos diversos.

Dr. Raimundo Kuppel destacou que, com relação aos marítimos, talvez seja mais indicado se aguardar a realização da conferência em março do próximo ano e finalizou ressaltando a necessidade de se definir um grupo de trabalho entre o MTE e a SEAP/PR com vistas a fazer um levantamento mais detalhado sobre o tema.

Com a palavra, Dr. Nilton notificou que foram aprovados dois pontos principais: a oficialização da CTRI de encaminhar o texto das Convenções 150 e 151 à câmara especializada,

para análise e manifestação, e o posicionamento será objeto de apreciação por parte da Comissão em reunião próxima.

Sobre o segundo ponto, destacou-se a realização da reunião extraordinária para análise do parecer da Convenção 185 e adotou-se a proposta da Dra. Lucia, de se encaminhar, via eletrônica aos membros, a relação das convenções pendentes para que cada representação analise e discrimine as que se elegerem prioritárias para futuras apreciações.

Dr. Dagoberto mostrou-se de acordo, mas pediu a palavra para manifestar-se sobre as afirmativas colocadas anteriormente de que os governos sempre têm se recusado em fazer negociações coletivas e que todos os empregadores assim o procedem. Ele clareou sobre o posicionamento fundamental do grupo dos empregadores da OIT com vistas às formas de convenções e normatizações, e lembrou que a OIT está fortemente compromissada com a Declaração dos Direitos Fundamentais no Trabalho, e entende que o caminho fundamental não está na aprovação de mais convenções ou na ratificação destas, e sim na prática cada vez mais intensa da negociação coletiva e do diálogo social visando sempre a melhoria das relações de trabalho e a conquista da competitividade da economia brasileira no contexto global.

Finalmente, por questão do regimento interno, colocou-se para debate o rodízio do presidente da Comissão para o período de 2005 e 2006. Dr. Dagoberto, como bancada dos empregadores, manifestou-se favorável em que seja eleito um representante da bancada dos trabalhadores. Não houve oposição à sugestão feita e acordou-se que a indicação de um nome, que conforme disposto no regime interno terá de ser de membro titular da representação da bancada dos trabalhadores, seja objeto de decisão na pauta da próxima reunião da Comissão.

Dr. Nilton Freitas agradeceu, em nome de todos, a intensa participação dos membros da Comissão e deu por encerrada a sessão de trabalhos.

Brasília, 20 de outubro de 2005.

**Assessoria para Assuntos Internacionais**  
Ministério do Trabalho e Emprego